

DE CASINHOLOS, MALOCAS E MARGINAIS: AS CLASSES PERIGOSAS E SUAS INCÔMODAS MORADIAS NA PORTO ALEGRE DE 1955 A 1975¹.

Luis Stephanou

Sociólogo

Mestre em Desenvolvimento Regional, UNISC-PPGDR

E-mail: riglosaragon@gmail.com

Rogério Leandro Lima da Silveira

Geógrafo. Doutor em Geografia.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional-UNISC. Pesquisador do CNPq.

E-mail: rlls@hotmail.com

RESUMO

O artigo analisa como foi construído o imaginário social e cultural em torno dos processos de urbanização e de segregação espacial, sobretudo no que se relaciona às moradias de classes populares na cidade de Porto Alegre, entre meados dos anos cinquenta e anos setenta, período de intensa urbanização na capital gaúcha. O objetivo é identificar quais eram as percepções que as narrativas da imprensa então revelavam sobre a questão urbana, e compreender como o imaginário sobre a moradia popular influenciava, nessa época, a formatação de políticas públicas na cidade. Metodologicamente, as reflexões e a análise desenvolvidas neste artigo tiveram como principal fonte de pesquisa as edições do jornal Correio do Povo – principal jornal da cidade, nessa época – publicadas entre janeiro de 1955 e dezembro de 1975. Embora o levantamento e análise de dados estejam restritos à cidade de Porto Alegre - RS, entende-se que a construção do imaginário social que ali ocorreu é representativa do que ocorreu e ainda ocorre nos processos de urbanização e de segregação nas demais cidades brasileiras. A construção do imaginário em torno das moradias populares opera um processo de estigmatização de seus moradores. E esta estigmatização é produzida em dois aspectos: por um lado, parte da população é visível como um problema de ordem social e moral. Por outro lado, é invisível na formulação de políticas para a solução deste problema. Assim, os moradores de “vilas de malocas” são, ao mesmo tempo, visíveis e invisibilizados. O artigo evidencia o papel da mídia na construção do imaginário social sobre a urbanização desigual e a centralidade da moradia no debate sobre a questão urbana – algo ainda muito presente, nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE:Processos sociais, imaginário urbano, mídia, moradia popular, estigma e exclusão territorial.

OF CASINHOLES, MALOCAS AND MARGINALES: THE DANGEROUS CLASSES AND THEIR UNCOMFORTABLE HOUSES IN PORTO ALEGRE FROM 1955 TO 1975

ABSTRACT

The article analyses how the social and cultural imaginary was built around the processes of urbanization and spatial segregation, especially in what relates to low-income housing in the city of Porto Alegre, between the mid-fifties and the seventies, a period of intense urbanization in the

¹ Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

capital of the state of Rio Grande do Sul. The objective is to identify what were the perceptions that the press narratives then revealed about the urban issue, and to understand how the imaginary about popular housing influenced, at that time, the formatting of public policies in the city. Methodologically, the reflections and analysis developed in this article had as its main source of research the editions of the Correio do Povo newspaper - the main newspaper of the city at that time - published between January 1955 and December 1975. Although the survey and analysis of data are restricted to the city of Porto Alegre - RS, it is understood that the construction of the social imaginary that occurred there is representative of what occurred and still occurs in the processes of urbanization and segregation in other Brazilian cities. The construction of the imaginary around the popular dwellings operates a process of stigmatization of its residents. And this stigmatization is produced in two aspects: on the one hand, part of the population is visible as a social and moral problem. On the other hand, it is invisible in the formulation of policies to solve this problem. Thus, the residents of "malocas" are visible and invisible at the same time. The article highlights the role of the media in building the social imaginary of unequal urbanization and the centrality of housing in the debate on the urban issue - something still very present today.

KEYWORDS: Social processes, urban imaginary, media, popular housing, stigma and territorial exclusion.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo, redigido sob a forma de um ensaio, é demonstrar como, através da mídia impressa hegemônica, foi se consolidando certa percepção em torno da moradia popular no contexto de urbanização da cidade Porto Alegre, no período entre meados dos anos cinquenta e setenta do século passado, momento em que a capital gaúcha experimentava intenso processo de urbanização e de segregação espacial.

A mídia é algo bastante amplo, envolvendo diferentes formas de comunicação e diferentes abordagens, dependendo do veículo e do momento político-histórico dos acontecimentos. Neste artigo se analisa somente um jornal específico, o Correio do Povo, cuja importância no período assinalado é muito significativa. Este periódico, fundado em 01 de outubro de 1895 e ainda em atividade, foi o principal veículo da imprensa escrita no Rio Grande do Sul durante boa parte do século XX, vindo a perder esta condição somente no último quarto do século, com a ascensão do jornal Zero Hora, pertencente ao grupo empresarial RBS. O Correio do Povo, por longo tempo, foi um dos principais veículos de comunicação a colaborar na construção de um imaginário sobre muitos aspectos da vida porto-alegrense, inclusive a respeito do ininterrupto debate em torno das moradias populares.

Evidentemente esta percepção sobre moradias populares parte de pontos de referência que são mais amplos do que aqueles apresentados pelo Correio do Povo, mas há que se considerar o seu papel na difusão de ideias que já estão instaladas nas esferas sociais da cidade e também junto aos

atores relevantes de instituições públicas de Estado, no caso relacionados principalmente à Prefeitura de Porto Alegre e à Câmara de Vereadores. É possível destacar como agentes públicos da Prefeitura interagem e são pressionados por notícias sobre os problemas da cidade, particularmente os relacionados à moradia popular e, também, como o debate político na Câmara de Vereadores ou organizado a partir do executivo municipal ecoa nos periódicos e vai colaborando na concepção do que é problema e de quais são as soluções mais adequadas na questão para as denominadas “vilas de malocas”. Portanto, a mídia é produtora e, ao mesmo tempo, reproduzora dos debates em torno das questões urbanas.

O conceito básico que norteou as análises em torno deste trabalho foi o de estigma, seguindo as proposições teóricas que o cientista social canadense Erving Goffman (1988) formula sobre o assunto em sua já clássica obra. Havia diversas possibilidades de se pensar a questão da moradia popular e exclusão, mas a opção que acabou prevalecendo – e neste aspecto o conceito de estigma se encaixa perfeitamente – foi a de centrar a análise na construção do imaginário em torno deste processo. A visão de um conjunto de casas precárias e uma população favelizada costuma provocar duas categorias de reação diferentes: uma mescla sentimento de vergonha e raiva pela existência de seres humanos naquela condição; outra, na maioria das ocasiões mais contundente, denota medo da necessidade de algum tipo de convivência com aquela condição humana degradada. Curiosamente, mesmo que com sentidos políticos muito diferentes, ambos sentimentos impelem para uma postura de erradicação da favela.

Aqui interessa, sobretudo, ver como o medo ao morador das vilas de malocas (o marginal, o maloqueiro) foi produzindo o processo de estigmatização. E, como este processo foi fundamental para as tentativas de solucionar o problema da miséria explícita das moradias populares através da erradicação forçada das chamadas vilas de malocas.

O trabalho está centrado na análise de notícias publicadas no jornal Correio do Povo entre janeiro de 1955 e dezembro de 1975². A pesquisa foi realizada junto ao Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre. Pela falta de exemplares do Correio do Povo, os seguintes períodos não foram consultados: fevereiro de 1959; dezembro de 1960; dezembro de 1961; fevereiro, março, abril, agosto, outubro, novembro e dezembro de 1964. Assim, no universo de 240 meses de abrangência desta pesquisa, 10 meses não fizeram parte do levantamento. Outros oito

² Agradecemos a colaboração do sociólogo Ivan Dourado, professor na Universidade de Passo Fundo. Sem sua qualificada e entusiasmada participação teria sido impossível, de forma solitária, ler os calhamaços do antigo Correio do Povo para um período tão significativo de tempo.

meses (junho de 1965; março de 1966; junho de 1967; junho, setembro e dezembro de 1968; dezembro de 1971 e fevereiro de 1974) foram períodos em que, segundo os critérios adotados, não foram encontradas informações sobre a questão urbana em Porto Alegre.

No total foram coletadas 1.349 notícias para o intervalo de tempo acima mencionado, sendo que 328 foram consideradas relevantes no que se relaciona à questão urbana. Estes registros apontavam para questões de fundo, mais estruturais, não se limitando a queixas sobre problemas específicos de buracos, sujeira nas ruas ou outros problemas desta natureza, que amiúde aparecem em notas de jornal. Destas, foram selecionadas vinte e cinco notícias que fazem parte deste estudo, sendo onze citadas no texto que segue e registradas nas referências.

No trabalho de coleta de dados, teria sido interessante ter recuado um pouco mais e, ao mesmo tempo, avançado um pouco mais. De acordo com Laudelino Medeiros (1951), em Porto Alegre os primeiros conjuntos de casas precárias surgiram por volta de 1946 ou 1947, o que tornaria oportuno se chegar a esta espécie de “marco zero” do problema habitacional na antiga Porto Alegre. Por outro lado, o esforço para avançar até a década de 1980, período de redemocratização do país, provavelmente teria encontrado um cenário diferenciado do ponto de vista dos atores que estavam na época envolvidos no tema da moradia popular. Ainda que a problemática social não tivesse mudado consideravelmente, talvez até piorado em alguns indicadores, é muito provável que a resposta de diversos protagonistas tenha sido diferente, possivelmente até mesmo no período final da ditadura. Era o período dos novos movimentos sociais e autores como Gohn (2011) e Moisés *et al.* (1985), demonstram a importância do protagonismo popular na questão urbana e na restauração da democracia no país. Tatagiba (2011), inclusive aponta como estes movimentos, num período posterior, mudaram a forma de ação de muitas instituições públicas, pois através da participação popular foi possível incrementar ou construir agendas e diversos instrumentos de democratização do Estado e da própria sociedade civil.

Contudo, diversas limitações impediram estas prospecções mais amplas. Ainda assim a abrangência do período pesquisado e a riqueza do material encontrado, em nosso entendimento, já são consideráveis e corroboram o esforço desta pesquisa.

DE CASINHOLOS, MALOCAS E MARGINAIS: A PRODUÇÃO DA MORADIA ESTIGMATIZADA

Naquela plácida e ensolarada manhã, no distante 27 de março de 1955, um típico senhor porto-alegrense, chefe de família e morador de um bairro de classe média, tranquilamente toma seu

café enquanto folheia o alentado exemplar do Correio do Povo. Normalmente sua leitura se resume às notícias de futebol e política nacional e internacional, mas é domingo e ainda há um tempo até a família ir à missa. O título do editorial lhe chama a atenção: “De novo o problema das malocas”. E, instigado pelo assunto, resolve ler o que segue...

A questão, no entanto, há de ser colocada sob outro prisma: o do interesse superior da coletividade. Este exige que não haja malocas, as quais, com a sua clamorosa falta de higiene, são focos de doenças e epidemias. E de desordem e criminalidade.

Não se deve permitir que continuem a surgir malocas por toda parte. Certamente é horrível que haja gente sem casa para morar, mas muito pior é sujeitar uma população inteira aos riscos que decorrem da proliferação deste gênero de habitação (CORREIO DO POVO, 27/03/1955, p. 04).

É claro que este senhor, passados mais de vinte anos, não se lembrará de nada relacionado àquela leitura. Contudo, vamos imaginar que novamente ele esteja lendo seu jornal predileto, o sisudo Correio do Povo. No editorial de 28 de dezembro de 1975 encontrará o seguinte libelo:

Temos dito, reiteradas vezes, nestas colunas, que não basta urbanizar e dar assistência às chamadas “vilas de malocas”, como vem fazendo louvavelmente a Prefeitura Municipal nas duas Restingas e outros aglomerados de favelas. É preciso mais. Torna-se necessário, pela ação fiscalizadora, impedir que surjam novas construções desse tipo não em locais pré-determinados, mas por todos os pontos da cidade. No centro e nos bairros. Como uma praga, como um câncer social.

Agora, está chegando a vez da Zona Sul, nos bairros balneários, que se estendem desde o Cristal até a Serraria. Na Vila Conceição, na descida para a Avenida Coronel Marcos, estão proliferando barracos, à beira mesmo da faixa asfáltica. Até os moradores do Morro Espírito Santo, apesar da distância do Centro, estão tendo também seu indesejável quinhão... Sem planta, sem licença, sem higiene, para prejuízo e intraquiliadade dos moradores do local que pagam impostos e construíram suas casas de acordo com todas as exigências legais.

Por quê não embargam e não deslocam as autoridades competentes essas construções clandestinas? Será lícito submeter os que cumprem a lei a convizinharem com os que não a cumprem? (CORREIO DO POVO, 28/12/1975, p. 04).

Um pouco mais de vinte anos separam estas duas notícias no tempo, mas se tivessem sido publicadas na sequência de dois domingos, os leitores não teriam notado praticamente nenhuma ruptura; pareceria uma espécie de sequência dos fatos, sendo noticiados um após o outro. O assunto é o mesmo e a abordagem principal também mostra uma espantosa semelhança. Ou nem tão espantosa, pois a temática da moradia popular nas páginas do Correio do Povo aparece como uma monótona história que se repete, somente mudando os lugares da cidade. E há, também, significativamente, lugares que se repetem. Os personagens são praticamente os mesmos e a mensagem assume ares de catequese: a questão urbana é a questão da moradia popular, dos casinhos e vilas de malocas que devem ser extirpados da paisagem da cidade.

A principal questão, inalterada neste período de vinte anos, é que o problema da sub-habitação não é somente um problema social dos pobres. O “interesse superior da coletividade” está relacionado com a percepção de que não é “lícito submeter os que cumprem a lei” à obrigação de convívio com os que não a cumprem. Assim, esta coletividade dos proprietários deve ter por parte do Estado – no caso a Prefeitura – a garantia de que outra coletividade (que sequer é entendida como tal) não tenha o direito de conviver na mesma localidade.

Apesar de ambos agrupamentos sociais poderem ser caracterizados como moradores de Porto Alegre, não é isto que os define na relação com a cidade. Enquanto nas páginas de jornal uns são considerados cidadãos, com direitos oriundos de seus deveres e sacrifícios, outros são considerados marginais. Na medida em que se instaura esta dicotomia do eu e do outro, vai se construindo a produção de um estigma social.

ESTIGMA E MORADIA DE SUB-HABITAÇÃO

Erving Goffman (1988) nos ensina que estigma é um conceito que vem dos antigos gregos, que o utilizaram para estabelecer a diferença na leitura dos corpos entre os cidadãos e os que, através de marcas de ferros ou outras inscrições na carne, eram escravos ou considerados traidores ou criminosos. Posteriormente, mas sempre tendo presente as marcas corporais, o conceito se ampliou para a possibilidade de associar estigmas a dons ou graças e, também, num sentido negativo, a situações médicas de distúrbio corporal. Desta relação entre corpo e cidadania Goffman (1988) trata de perceber a existência de três tipos diferentes de estigmas: há uma primeira forma de estigma que denomina “abominações do corpo” – a variada gama de deformidades físicas, sejam elas entendidas num sentido piedoso ou culposo. A segunda referência está relacionada às “culpas de caráter individual”, que abrangem um amplo leque comportamental e, por fim, “há os estigmas tribais, de raça, nação e de religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família” (GOFFMAN, 1988, p. 14).

Para este autor, ciganos, mendigos, músicos de jazz, homossexuais, malandros e outros que vivem fora do padrão cultural e social dominante estão “engajados numa espécie de negação coletiva da ordem social” (GOFFMAN, 1988, p. 154). Eles integram o que denomina como comunidade de estigmatizados.

Portanto, nesta terceira categoria de estigmas, os sociais, de forma criativa é possível também associar os que moram em situação de precariedade social, nas favelas. Sua simples situação de favelados ou de maloqueiros ou, ainda, de marginais, lhes garante uma condição de

estigmatizados perante os demais grupos da sociedade. Não há nenhuma necessidade de terem feito algo, de estarem envolvidos em alguma espécie de conflito, basta existirem da forma que existem. Os moradores de favelas ou vilas populares são o outro – estão numa circunstância de alteridade, que lhes condiciona a vivência de uma identidade social estigmatizada. E esta é irremovível enquanto perdurar esta condição. É o que afirmam as duas notícias acima transcritas, separadas em vinte anos, mas aglutinadas em torno de uma mesma visão de mundo. A semelhança do que está escrito na mesma página, do mesmo jornal, nos faz entender o quanto se encontra instalada esta concepção de mundo.

No seu trabalho, Goffman (1988) explora outras situações, mais relacionadas ao mundo da psicologia social ou das alteridades de costumes com viés cultural. Contudo sua arguta leitura das noções de visibilidade e encobrimento também pode ser associada ao processo de estigmatização dos miseráveis na cidade. Para este autor, **a noção de visibilidade é fundamental**. As relações sociais que constroem uma narrativa de normalidade são aquelas nas quais os indivíduos buscam visibilidade, buscam construir informação social. E o contrário é o que deve ser encoberto. Assim é com as casas: as consideradas dentro da norma, ou seja, dentro da legalidade da cidade capitalista, devem ser expostas. As que negam a regularidade, que promovem “negação coletiva de ordem social” devem ser extirpadas. E a primeira forma de eliminá-las, veremos em detalhes mais adiante, é não as nomear pelo que são: moradias.

As contribuições de Erving Goffman (1988) são muito úteis para os desdobramentos do conceito de estigma. Ele faz uma diferença sutil, mas muito importante, entre determinado indivíduo que no processo de estigmatização se encontra desacreditado ou é desacreditável. Ambos são estigmatizados, porém o que é desacreditado já assume a sua condição de estigmatizado, enquanto aquele que ainda é possível de ser desacreditado, até então não tem presente esta condição para si mesmo. Esta sutil diferença é muito importante no âmbito dos moradores de “vilas de malocas”, pois ao assumirem a condição de estigmatizados estarão também assumindo a perspectiva de sofrerem processos de encobrimento social.

Não é incomum que em processos coletivos de despejo, de remoção de favelas, em meio à angústia e dor da situação, os despejados se sintam desafortunados, mas não injustiçados. Afinal, vivem numa situação de ilegalidade e não tem nenhum papel que garanta seus locais de moradia. A estratégia de ação política das elites urbanas sempre buscará transformar o grupo estigmatizável em estigmatizado. Esta dimensão é fundamental para o êxito das políticas de segregação, que devem ser introjetadas nos segregados.

Assim, o conceito de estigma se revela muito apropriado para pensar o processo social em torno da moradia popular. Muito mais do que produzir casas populares, o que se produziu a partir da urbanização e regularização de determinados espaços foram populações estigmatizadas. E a mídia teve um papel importante neste processo.

Uma das questões já mencionadas é a centralidade da moradia popular como problema social. Em edital do dia 02 de novembro de 1957, o articulista do Correio do Povo escreve o seguinte:

Sob as mais diversas formas, ao mais triste e miserável estilo, dentro do panorama geral do Brasil, as palhoças, casebres de tábuas de caixão, cobertas com latas de querosene, ranchos de torrão e capim, formando os mocambos, favelas e malocas, são a imagem concreta, a mais real expressão da extrema miséria da humanidade que nêles se abriga.

Não se há de dar o nome de casa a esses casebres, ranchos e baiúcas. Consequentemente, embora possam abrigar gente honesta, com possibilidade de se libertar da miséria em que vive, muito menos caberá o nome de lar a êsses infectos ranchos e casebres.

O lar pressupõe a existência de família organizada, menos com vista às condições de vida em si, às condições econômicas e financeiras, do que às condições morais... Que reservas morais ou energias construtivas se poderá, entretanto, esperar dos membros de coletividades assim relegadas à extrema miséria, habitando mocambos, favelas ou malocas, onde falecem os mínimos requisitos de higiene para o corpo, sem que se fale nas deficiências alimentares, eufemismo com que passamos a definir a fome... (CORREIO DO POVO, 02/11/1957, p.04).

Como se vê, sob o manto de uma crítica piedosa e caritativa aos indivíduos dos mocambos, favelas e malocas (afinal eles podem ser gente honesta e há uma pequena possibilidade de ascenderem socialmente), se constrói o estigma. Este estigma é reforçado inclusive a partir da eleição de palavras que podem defini-los em torno de uma identidade social. Eles não habitam casas e não constituem um lar, prerrogativas dos cidadãos de outros estratos sociais, com famílias organizadas, negócios prósperos, higiene no corpo e condições morais adequadas para viverem na cidade. Eles somente podem ser definidos como favelados, maloqueiros ou habitantes de mocambos. E, em consequência, destituídos da condição cidadã.

NA CONFIGURAÇÃO DA CIDADE, O IMAGINÁRIO POR TRÁS DAS PALAVRAS JÁ EXCLUI

As palavras em si já ferem. O termo maloca remete à casa indígena ou, mais precisamente, no tronco linguístico *nheengatu*, significa casa de armas (CÂMARA CASCUDO, 1972). Assim, do ponto de vista semântico maloca tem uma dupla origem e associa este tipo de moradia ao medo e às possibilidades de discriminação. A maloca é a casa de armas, o que estabelece uma relação direta à

produção de violência. O maloqueiro é um ser propenso à violência e à ofensa, seja por seus atos ou até mesmo somente por sua condição de existência. E, num sentido mais amplo e associável à questão urbana, na medida em que o termo maloca se refere a uma casa originalmente indígena (portanto situada no universo cultural e de existência de populações consideradas atrasadas por quem detém o poder político e econômico), ela é habitada por marginais que devem ser educados ou policiados. As opções são: adaptação a partir de mudanças ou contenção a partir da manutenção de sua condição perigosa. Os indígenas, assim como todos os maloqueiros, com seus costumes e modos de vida atrapalham o progresso do país. O maloqueiro é visto como um “rapaz vadio, desprotegido, vil, maltrapilho e gatuno” (CÂMARA CASCUDO, 1972, p. 540).

O mesmo sentido pode ser concedido ao termo mocambo, mais presente na literatura social do nordeste e norte do Brasil. A única diferença é que se refere as moradias construídas pelos negros, sobretudo nos conflitos sociais que originaram os quilombos (CÂMARA CASCUDO, 1972). Portanto, os mocambos também remetem às classes perigosas, tanto pelo perfil de quem é seu morador – a população negra – como pelo imaginário de lutas na defesa de suas liberdades, algo que o pensamento conservador sempre enxergará como perigoso.

Neila Araújo (2018) aprofunda a relação entre urbanização e exclusão da população negra e suas consequências na atualidade. Esta autora afirma que as soluções urbanas produzidas em torno de remoções promoveram limpeza étnica nas cidades a partir de uma perspectiva centrada na eugenio. Portanto, a produção social de estigmas a partir de moradias também tem cor e está associada ao racismo estrutural da sociedade brasileira.

Quanto ao termo favela, a explicação mais convincente sobre sua origem também pode ser encontrada em Câmara Cascudo (1972). Este autor afirma que favelados – os moradores das favelas – são os soldados que regressaram ao Rio de Janeiro após a Guerra de Canudos, no final do século XIX e, à espera de pagamentos que nunca vieram, ocuparam os morros no entorno do centro da cidade. Foram assim chamados por que favela é uma planta muito comum nos sertões, local onde se desenrolaram os combates. Portanto, os favelados também são destituídos de direitos e, como soldados que foram, estão associados a um imaginário de violência. Outra linha de explicação traça uma ponte entre o Cais do Valongo e as primeiras favelas no Rio de Janeiro, situadas na vizinhança. Este é um território historicamente associado à escravidão, pois foi a principal porta de entrada de escravos africanos no Brasil durante mais de duzentos anos. Esta territorialização permite entender a associação que se construiu, fazendo com que favela e negros escravos estejam profundamente relacionados ao imaginário da segregação (DINIZ e CARDOSO, 2016).

Malocas (ou vilas de malocas, maloqueiros), favelas (favelados) ou moradores de mocambos são termos pejorativos para indicar a condição de moradia dos pobres urbanos no Brasil. E nenhum morador que se encontre em tal situação de moradia irá apreciar assim ser denominado.

DO CAMPO À CIDADE: CLASSES PERIGOSAS E HIGIENISMO NA SEGREGAÇÃO URBANA

Em Porto Alegre o processo de segregação também é anterior à formação das favelas ou vilas de malocas. Sandra Pesavento (1992) analisa esta questão a partir de notícias de jornais de Porto Alegre do período entre a década de 1860 até aproximadamente meados da década de 1910. Localiza nos bêbados, jogadores, prostitutas e vagabundos as principais ameaças à moral e aos bons costumes. Moreira (2009), por sua vez, menciona a ocorrência de violentos conflitos no centro de Porto Alegre, durante a década de 1860, entre policiais e soldados que retornaram da Guerra do Paraguai. Portanto, será majoritariamente entre trabalhadores que não conseguem vender com regularidade sua força de trabalho no mercado formal que se encontram os estratos das classes perigosas da cidade.

Esta população desamparada também vivia em moradias precárias, os cortiços do centro da cidade. Estas moradias em si ainda não eram uma afronta estética tão radical à cidade, pois se tratava de casarões decadentes que ainda não desconfiguravam de forma extrema a paisagem urbana e nem sempre eram tão visíveis como as favelas. Além disso, parcela de proprietários lucrava com a transformação destes casarões em cortiços. O problema se reveste de outros aspectos, sobretudo os morais. Nas palavras de Pesavento,

100

Em particular, um problema se configurava para a burguesia emergente: o do assentamento de uma população pobre, trabalhadora das fábricas e que, por conveniência e controle, deveria habitar próxima dos locais de trabalho... Surgia assim, com o crescimento da cidade, o ‘problema habitacional’. Se, para o pobre, ele se configurava em termos de encontrar um lugar onde morar a baixo preço, para a elite e o governo a questão apresentava outras conotações. Habitação para as classes menos afortunadas podia se converter numa fonte de renda para aqueles proprietários de casarões no centro da cidade, assim como também lotear zonas periféricas da cidade, afastadas do centro mas próximas às fábricas, se apresentava como um negócio lucrativo para a burguesia emergente que passava a investir na especulação imobiliária. Para a opinião pública em geral, de tendência conservadora, a existência de cortiços, porões, casebres e barracos sem ar e sem luz, infectados e superlotados, era um problema a ser atacado. Pobres no centro da cidade, à vista de todos, em antros de promiscuidade e sujeira, implicavam sobretudo uma questão moral que devia ser solucionada” (PESAVENTO, 1992, p.36-37).

Mauch (2004), analisa o processo de regramento das classes perigosas em Porto Alegre na década de 1890. Sua pesquisa, também sustentada a partir da leitura de jornais periódicos da época,

aponta como a ação policial e a imprensa vão forjando a necessidade de controle social e moralidade pública para com estes moradores de becos, cortiços e casas suspeitas. Segundo a autora, as forças policiais deveriam se incumbir do controle social desta população marginal, enquanto a imprensa seria o âmbito adequado para o tratamento das questões comportamentais.

Com a intensificação da urbanização de Porto Alegre e o surgimento das vilas de malocas na cidade, no final da década de 1940, a questão social em torno da moradia dos pobres urbanos iria se tornar muito mais acentuada. O problema, agora, se revestia de alguns elementos que antes não estavam presentes. A principal questão era o aumento das populações empobrecidas, seja como resultado do crescimento vegetativo, seja como reflexo das imigrações do campo e das pequenas cidades do interior para a capital. Jorge Neves (1962), já no período em que o fenômeno acontecia, apontava para a importância das migrações campo-cidade e a associação deste fenômeno com o crescimento do que costumeiramente se denominava população marginal, os que viviam em moradias de sub-habitação na cidade. Segundo seus dados, 86.465 pessoas, num total de 641.173 habitantes de Porto Alegre, se encontravam nesta condição. Assim, “teremos (...) uma população marginal de 13,48% sobre a população total da cidade” (NEVES, 1962, p.14). E esta população aumenta, segundo o autor, pelo fluxo migratório. Entre 1940 e 1950 o crescimento vegetativo da população da cidade foi de 33,14%, mas o crescimento migratório representou 66,86% do acréscimo populacional. Na década seguinte, a diferença entre ambas formas de crescimento aumentou ainda mais, sendo o acréscimo populacional vegetativo responsável por apenas 28,09% da população adicional de Porto Alegre, ao passo que a população migrante oriunda do campo representou 71,91% do total de aumento da população porto-alegrense. Para este autor, o processo de industrialização funcionava como elo de atração de significativo contingente da população do interior do Estado (região da fronteira e Vale do Jacuí) e do sul de Santa Catarina.

O artigo do Correio do Povo, de 21 de setembro de 1975, entre outros que vão no mesmo tom, também destaca as migrações campo-cidade como um grave problema social.

Eles geralmente vêm para a capital na esperança de dias melhores, um emprego no escritório, as lojas iluminadas, o crediário. Juntam as poucas coisas que possuem – roupas, um velho rádio e muita vontade de “melhorar a vida”.

Na cidade, enquanto essa melhoria não chega, procuram acomodar-se em casa de parentes ou, na falta destes, e sem condições financeiras para alugar, lançam mão, provisoriamente, de meia dúzia de tábuas velhas, algumas telhas de zinco enferrujadas e pronto: a casa não é mais problema. Pelo menos, por enquanto.

A realidade não demora a mostrar a sua outra face. Em um ano, a vida urbana, que em sonho fora tão fascinante, começa a revelar suas verdadeiras dimensões. O pouco salário ganho no emprego sem qualificação é insuficiente para o muito que a vida na cidade exige.

(...)

Constatada a desilusão que representa a total carência de oportunidades, que no interior foram o sonho de muitas noites acordadas, os novos habitantes da capital logo substituem a tristeza por uma teimosia pertinaz: “daqui não saio, daqui ninguém me tira” é a opinião de muitos, certamente revoltados com o pouco que lhes foi dado pelo destino, por eles mesmo escolhido (CORREIO DO POVO, 21/09/1975, p. 09).

Evidentemente, “o pouco que lhes foi dado pelo destino, por eles mesmos escolhidos” sonega a dura realidade da vida no campo, sobretudo pela falta de perspectivas em educação e o precário acesso a serviços de saúde. Também desconsidera o processo de concentração fundiária, cujo desenvolvimento capitalista no campo a partir da década de 1950 vinha sendo acelerado. Ingrid Schneider (1994), não poderia ser mais precisa.

O deslocamento de vastos contingentes humanos no sentido campo-cidade, como este que ocorreu no Brasil nos anos 70 — quase 16 milhões de pessoas —, não pode ser explicado como resultante de um somatório de opções de indivíduos ou famílias. A opção por migrar é reflexo de transformações na esfera da organização da produção e da realocação espacial de recursos econômicos num dado momento histórico (SCHNEIDER, 1994, p. 260).

E não era outro, já consolidado anteriormente, o entendimento dos agentes do poder público. Em relatório apresentado à Câmara Municipal, em abril de 1952, o Prefeito Ildo Meneghetti apontou diversos motivos que explicariam o crescimento abrupto de Porto Alegre. Segundo sua avaliação “[...] a precariedade da vida no interior, a falta de assistência ao trabalhador rural, os baixos salários, acrescidos da fascinação que as grandes cidades [exerceriam], com as suas diversões, seu movimento e a procura de mão de obra” (In. KAFKE e WEIMER, 2015, p. 04).

Kafke e Weimer (2015) aprofundam esta questão. Para estes autores, há três questões que explicam o massivo deslocamento de famílias do meio rural para as cidades.

... por um lado, a penetração de relações produtivas capitalistas no meio rural que, ao intensificar a produtividade, “liberou” braços que tiveram de procurar trabalho em outras paragens (...). Por outro, houve um intenso crescimento populacional nas menores propriedades das zonas coloniais na década de 50, período de aceleração da urbanização. Isso é evidenciado por um aumento, na população, de 191%, entre 1940 e 1970, nas propriedades de dimensões inferiores a 20 hectares, enquanto aquelas até 50 hectares cresceram 100% — quase a metade. (...), portanto, sugerem que as principais regiões de origem dos migrantes eram as colônias, e que uma das causas do processo migratório seria a superpopulação dessas.... Finalmente, a agropecuária gaúcha teria passado por uma grave crise econômica em meados do século XX, o que seria justificativa da busca de oportunidades em outros (KAFKE e WEIMER, 2015, p. 05).

Outra questão que já estava presente antes do período das “vilas de malocas”, mas se acentuou no período pesquisado, era o discurso sanitarista. Weimer (2004) aponta que a teoria dos miasmas, na qual ao ar pútrido poderia transmitir um sem fim de doenças através de mosquitos ou outras formas de contágio já estava científicamente superada pelas teorias de transmissão de

epidemias diretamente a partir dos animais, sem que se considerasse a questão da qualidade do ar. Contudo, no alvoroço contra as sub-habitações, os elementos científicos eram esgrimidos a partir das prioridades políticas. A concepção que relacionava qualidade do ar (o que estava diretamente associado ao padrão das moradias), desordem moral e promiscuidade com proliferação de doenças ainda foi um potente instrumento de propagação de estigmas e adoção de políticas de combate às malocas através do higienismo social. Na formulação de Nola Gamalho,

O imaginário das malocas incorporava a ideia de contaminação, identificando o modo de vida dos ‘maloqueiros’ como patológico, noção recorrente nas representações da época, que exerceram o papel de mascarar a diferença social. A precariedade é manifesta nos documentos técnicos como algo intrínseco a essa população (GAMALHO, 2010, p. 127).

Uma análise crítica do conteúdo jornalístico, abaixo transcrita, é um bom exemplo do que Gamalho (2010) acima menciona.

Em meio a tanta miséria, a promiscuidade não poderia faltar. Custa a crer como, em tantos desses pequenos casinhos, feitos de tábuas de caixão, tendo por coberta latas de todos os tipos e procedências, se abriguem famílias inteiras. Mas a verdade é que a promiscuidade ainda será o menor dos males, nesses aglomerados, onde a miséria, a falta de higiene, a começar pela inexistência, na maioria deles, de água potável, reduzem seus habitantes a uma sub-sociedade, dominada por todas as doenças e vícios (CORREIO DO Povo, 01/12/1959, p.04).

103

Assim, vai sendo construído o imaginário de representações sociais em torno da moradia popular. Desde o uso de termos que rapidamente se transformam em expressões pejorativas, a negação das características de constituição de família que vive num ambiente de lar a esta parte da população, até a associação com a proliferação de doenças, falta de possibilidade de hábitos morais, ruína estética da cidade, desvalorização de imóveis e práticas criminosas... Tudo leva a única solução possível: a erradicação das “vilas de malocas”.

E os diversos ensaios relacionados a esta obsessão eram ambiciosos. Não se tratava somente do deslocamento físico deste conjunto da população para outras localidades, mas também uma transformação estrutural em suas formas de viver. Neste aspecto, se clamava pelo papel civilizador da educação. Associado à mudança da paisagem urbana ambiental, deveria ocorrer uma transformação na “paisagem humana”. É o que se pode desprender da leitura do seguinte extrato:

Surgirá, assim, na área destinada a este vultuoso empreendimento, um novo super-bairro, para o qual estão previstas todas as condições indispensáveis a uma comunidade de tal porte, inclusive no que toca a obras contra as cheias. Com esse empreendimento e outros ... Porto Alegre terá dentro de mais algum tempo, se não resolvido, pelo menos diminuído em grande parte, o déficit habitacional de que se ressentem nossas classes populares.

Aos poucos irão diminuindo as malocas, que não só enfeiam a cidade, como servem de atestado das precárias condições de vida de densas camadas populacionais, antes abandonadas a própria sorte, mas agora assistidas pelos poderes públicos, através de planos

como os de que tratamos. O submundo das malocas, ..., constitui-se, com efeito, num dos mais graves problemas sociais da atualidade nacional. (...) Felizmente os governos, antes indiferentes a tão clamorosa situação, agora se voltam para a mesma, com vistas a dar-lhe solução compatível e proporcionar condições educacionais e econômicas aos “maloqueiros”. Em levantar-lhes o nível de vida, em fazer com que eles aprendam a trabalhar e queiram fazê-lo. Em humanizá-los, em suma. Por que só quando isso se conseguir, ter-se-á posto fim a esse abominável quadro de degradação e miséria (CORREIO DO POVO, 25/10/1966, p. 04).

Totalmente em acordo com o espírito da época, este editorial do Correio do Povo traçava louvores ao projeto de obras para a Vila Farrapos, zona norte de Porto Alegre. E, como já se assinalava acima, tão importante quanto as obras era o fervor reformista em relação aos costumes dos “maloqueiros”.

Porém nem sempre os nobres esforços de humanização pareciam encontrar eco junto àqueles que deveriam ter seu nível de vida elevado. Havia maloqueiros que insistiam em permanecer nesta condição. Aos esforços de reforma moral era frequente o acompanhamento dos esforços mais pragmáticos, provenientes da ordem policial.

Mais uma vez a Vila Ilhota, local preferido por maus elementos, inclusive ladrões, foi alvo da ação da polícia... Resultado: a prisão de mais de uma centena de elementos, muitos deles já conhecidos no mundo do crime e de outros que não possuíam documentos de identificação... Durante a batida os policiais encontraram, em algumas moradias, televisores, bicicletas e rádios, cujos possuidores não souberam explicar a procedência dos mesmos (CORREIO DO POVO, 28/07/1965, p. 05).

A menção à Ilhota não é ocasional ou arbitrária. Esta é a localidade que o imaginário urbano destaca como principal referência de moradia das chamadas classes perigosas neste período. Surgida em 1905, após a alteração do fluxo de um dos riachos que abasteciam o Arroio Dilúvio, a área começou a ser ocupada por volta de 1910 (MORAIS apud FAGUNDES e RODRIGUES, 2011). Seus limites estavam associados a uma grande área que atualmente compreenderia a Praça Garibaldi pelo norte, se estendendo da atual avenida Venâncio Aires até a Érico Veríssimo ao oeste e, a partir deste ponto, se espalhando até a Avenida Ipiranga com a Rua Lima e Silva e, mais ao sul, até os limites da av. Getúlio Vargas. A Ilhota estava inserida num conjunto de outras ocupações de moradias precárias que se espalhavam ao largo da Avenida Ipiranga e adjacências, abrangendo uma área de aproximadamente 22 hectares, nas quais se destacava o Areal da Baronesa. Nesta região ocorrem algumas das primeiras remoções que se têm notícia em Porto Alegre (MORAIS apud FAGUNDES e RODRIGUES, 2011). Em termos mais precisos, de acordo com Daniele Vieira:

A Ilhota era uma pequena área, totalmente circundada por uma das curvas do Arroio Dilúvio, após o seu encontro com o Arroio Cascatinha. Localizava-se ao sul da Praça Garibaldi, mais precisamente entre a Rua Arlindo (atual Rua Érico Veríssimo) e a Rua 13

de Maio (atual Av. Getúlio Vargas), tendo como limite sul a Rua 17 de Junho (VIEIRA, 2017, p. 121).

Fagundes e Rodrigues (2011), ao entrevistarem Jairo Rodrigues, antigo morador da Ilhota desnudam o cotidiano de miséria e o processo de estigmatização daquela área:

Alguns a gente sabia que eram marginais, mas não tenho notícias de alguém ser assaltado na vila. Nem de tráfico. Alguém, conhecia alguém que fumava maconha, e que ia lá no cais pegar dos marinheiros que vinham de fora. Bebida sim, tinha os botecos... E, de vez em quando, um cara dava uma facada no outro. A beberragem né? E, claro, mulher, né? Ciúmes. ... A lembrança que eu tenho é muito, muito ruim. No verão secava um pouco, mas no inverno era lodo. Tu tinha que ser equilibrista e pisar numas tabuinhas para não atolar o pé. Eu tinha até vergonha, trabalhava numa loja na Praça Garibaldi e chegava lá todo emburrado, tinha que limpar os sapatos... Vou dizer, morou na Ilhota, não tem vila ruim. Não tinha órgão público que chegassem. A água era de bica, botavam uma torneira e tu ia de balde. Luz, só gateada. Nem gateada, era pior! Na 17 de Junho, uns camaradas vendiam luz para o pessoal da vila. Era paliteiro: puxavam um fio de 150 metros, todo emendado, e cobravam uma taxa por mês pela luz. Um biquinho né? Frigidaire, essas coisas, nem pensar. Esgoto? Casinha. Patente, um buraco. Malcheiroso, com mosquito, o que tu possa imaginar. Era tudo de madeira, as casas uma do lado da outra... Tinha que tomar banho de bacia, era o que todos faziam... Pra tu ver como era insalubre, na minha família, dos quatro irmãos, três contraíram tuberculose. Era comum. Morriam muitas crianças... Era muito ruim, uma página negra na história de Porto Alegre (FAGUNDES e RODRIGUES, 2011, p. 02).

Como se vê, entre a definição da Ilhota como um local de criminosos e a descrição das condições de moradia feitas por um morador, que viveu neste local entre 1940 e 1962, há uma distância abismal. E a narrativa dos moradores, neste período, jamais teve espaço nas páginas da imprensa, o que lhes retirava a condição de protagonistas da questão urbana e do acesso, enquanto cidadãos, a moradias e melhores condições de vida.

Assim, o Estado atuava a partir de duas perspectivas. Ou se lograva a transformação das “vilas de malocas” e, em consequência, de seus habitantes através de meios relacionados a mudanças educacionais ou, como alternativa, sempre era possível utilizar os aparatos repressivos do Estado. Esta combinação, muitas vezes desigual e em prol das forças policiais, costumeiramente apresenta um bom nível de eficácia. E o fato da população que é alvo destas políticas ter sofrido um largo processo de estigmatização colabora decisivamente nesta eficácia. O caso da Ilhota é exemplar, pois após quase duas décadas de esforço da Prefeitura, o núcleo desta emblemática ocupação acabou por ser extirpado da cidade.

O processo de estigmatização logrou que, nesta época, a política de remoções fosse considerada como a única solução aceitável para resolver os graves problemas da cidade em relação a moradia popular. O órgão público responsável pela política habitacional no município, o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), uma autarquia vinculada à Prefeitura

Municipal de Porto alegre, sugestivamente tinha como lema a frase “Remover para promover” (D’ÁVILA, 2000)³.

Apesar da eficácia das políticas de remoção das populações de favelas porto-alegrenses, a cidade nunca chegou a se desfavelizar. Na realidade a corrida malthusiana contra o déficit habitacional jamais esteve perto de ser ganha pelos agentes do capital ou do poder público, quer este fosse um projeto de melhorar a situação da habitação dos trabalhadores e população empobrecida ou simplesmente uma narrativa de ocultamento de interesses de cultivar vazios urbanos ou acumular capital através de grandes obras habitacionais. Para cada localidade na qual oficialmente se alcançavam bons resultados de urbanização, surgiam outras com moradias precárias.

Mesmo com o forte processo de estigmatização, era possível encontrar sinais de resistência. Nas brechas das políticas oficiais e, mesmo considerando a invisibilidade dos moradores de favelas, mocambos e vilas de malocas – que somente ganhavam algum destaque quando eram acionados pelo aparato policial -, havia possibilidades de se encontrar alguma alteridade. É o que se evidencia numa carta enviada ao Correio do Povo, como referência específica à situação de moradias populares situadas na Vila Mato Sampaio.

Começando por se insurgirem contra a propalada transferência de suas malocas para lugar mais afastado de Vila Jardim (o que constitui assunto a ser detidamente examinado por quem de direito), pleiteam, os signatários daquele memorial, alguns melhoramentos, na verdade imprescindíveis às condições mínimas de vida num aglomerado urbano.

...

Trata-se de exigências bem simples, na verdade, mas que bem traduzem o drama que devem viver os habitantes de mais de trezentas malocas, em permanente falta dos mais rudimentares requisitos, já não diremos de conforto e bem-estar, mas de higiene, alimentação e meios para se transportarem aos centros de trabalho. Uma capital civilizada e progressista, como se preza de ser a nossa, deve sentir-se envergonhada de contar em seu seio com estes tristes casinhos, que, indiscutivelmente, lhe emprestam tão feio aspecto. Mas muito mais de que cogitações de ordem urbanística, nos deve preocupar a situação de alguns milhares de pessoas, ..., vivendo em condições muito piores do que numa taba indígena ou num reduto da selva africana (CORREIO DO POVO, 22/02/1956, p. 04).

3A política de remoções, iniciada na década de 1940, teve tanta força que somente a partir do final da década de 1980 foi possível estabelecer políticas públicas de apoio à moradia popular que não tivessem como prerrogativa básica a remoção das populações envolvidas. O ressurgimento de movimentos sociais de luta pela reforma urbana, a formulação de uma nova legislação municipal que incorporava a possibilidade de democratização (ao menos parcial) do acesso ao solo e mudanças políticas na gestão pública municipal possibilitaram uma mudança de enfoque. Ainda assim, com resultados limitados. Para as mudanças na legislação confira ALFONSÍN (2000). Sobre as transformações nos movimentos sociais urbanos, em especial na Região Metropolitana de Porto Alegre, SILVA (2006). SOUZA (2003), por sua vez, analisa de forma muito favorável a gestão pública em Porto Alegre, sobretudo o processo de democratização das políticas neste período de mudanças.

Há ao menos três questões que se desprendem da leitura desta publicação. A primeira, mais evidente, é que através de um memorial (provavelmente dirigido à Prefeitura) há algum tipo de protesto, de inconformidade. Possivelmente o termo insurgência seja alguns tons acima do que se estabelecia, mas é inegável que os moradores desta vila não estavam em conformidade com a política de remoção e pleiteavam uma solução alternativa. E este é o segundo aspecto a ser destacado: a reclamação explicitava o pleito de “alguns melhoramentos”. Não se sabe ao certo do que se tratava, embora o texto explique a necessidade de melhores condições de “higiene, alimentação e meios para se transportarem aos centros de trabalho”. A lógica indica a demanda por melhorias que lhes proporcionassem condições de vida mais adequadas no próprio local no qual já viviam, e não numa distante Vila Jardim. O terceiro aspecto é que esta publicação é uma carta escrita ao jornal. Portanto, acaba também destacando – junto com a descrição da miséria dos casinhos – um elemento de resistência à dinâmica de despejos, o que não era comum nas páginas do Correio do Povo a partir de seus articulistas.

O debate em torno das remoções também acontecia no local mais privilegiado para isso: a Câmara de Vereadores. A notícia abaixo é ilustrativa.

O Sr. Lucio Marques transmitiu à casa uma queixa, de um morador da Vila Santa Luzia cuja residencia está sendo removida para outra zona da cidade, coisa que ele classificou de arbitrariedade. Censurou ainda o representante trabalhista o diretor do Departamento da Casa Popular por manter um programa semanal numa estação de rádio, em que são tratados de forma inconveniente os vereadores de política oposta a do sr. Hugo Girafa.

107

Prosseguiu em foco a Vila Santa Luzia com a comunicação que fez o sr. Marino Santos, na qualidade de líder, de que, naquela mesma hora da tarde de ontem, o Departamento Municipal da Casa Popular estava descabidamente efetivando a transferência das residencias de cerca de 80 pessoas, de um ponto para outro daquele núcleo popular. Segundo um memorial que ele tinha em mãos, com o único objetivo de obscurecer uma obra da administração passada, o DMCP abandonara o prédio em construção que se destinava a abrigar uma creche para construir outro numa ponte mais distante, e que as casas dos moradores do novo ponto escolhido estavam sendo transferidas para a área anteriormente reservada para praça. Controverteu-o o sr. Pezzolo de Oliveira, ficando , finalmente, acertado que uma comissão de vereadores visitaria o local. Realmente, logo após a sessão, os srs. Marino Santos, Alberto Schroeder, Lucio Marques, Cesar Mesquita, Lauro Rodrigues, Geraldo Stedile e Revoredo Ribeiro foram à Vila Santa Luzia, onde debateram o assunto e colheram mais elementos que, provavelmente, serão apresentados brevemente em plenário (CORREIO DO POVO, 26/07/1960, p.11).

Como se pode observar, o Departamento Municipal da Casa Popular (DMCP), uma versão de órgão público municipal responsável pela política de moradias populares anterior ao DEMHAB, já se encontrava organizado e aparelhado para ser o agente executor de remoções. E, ao mesmo tempo, ao menos no nível das queixas e denúncias aos vereadores, havia alguma brecha para a população atingida por estas remoções explicitar sua contrariedade.

Contudo, a atuação da Câmara de Vereadores não se restringia ao debate de denúncias ou formação de comissões para verificar algum problema *in loco*. No mesmo período tramitou importante Projeto de Lei regulamentando a existência das vilas de maloca na capital. O Correio do Povo, sempre atento às questões fundiárias e a problemática das vilas populares, publicou na íntegra o texto deste projeto.

Projeto de Lei do Legislativo, nº 15-58 - Estabelece normas para a construção da casa própria de caráter popular, em relação às atuais vilas marginais, e fixa medidas para preservar a estabilidade de vida de seus atuais moradores.

Art 1º - O Município dentro do prazo de 90 dias elaborará um plano de urbanização para cada Vila Marginal existente, tendo como base a sua dotação de serviços de água potável, luz, saneamento e arruamento.

Art 2º - O plano acima referido respeitará, no essencial, as moradias existentes e outras situações consolidadas como o pequeno comércio etc.

Art 3º - O Município poderá elaborar planos de loteamentos sobre áreas que lhe pertençam ou que vierem a ser desapropriadas, de sorte a assegurar a construção da casa própria de caráter popular.

Art 4º - O Município fará loteamento desses terrenos e a doação com cláusula de inalienabilidade aos marginais que lá residem e ...

Art 5º - Adoção de plano de construção de casas populares para quem não tiver condições de construir sua própria casa, como obriga o artigo anterior.

Art 6º - construção de escolas em Vilas de marginais com mais de 1.500 pessoas.

Art 7º - O Município não fará remoção de nenhuma vila, ou mesmo maloca, compulsoriamente e, mediante indenização pela desapropriação, deverá evitar a execução de medidas judiciais tendentes a assegurar direitos de particulares sobre o solo em que estejam localizadas as Vilas Marginais.

Art 8º - Para a execução desta lei o Prefeito instituirá um Conselho da Casa Popular, constituído de sete (7) membros, dos quais um será o Diretor do Departamento da Casa Popular, quatro serão os indicados pelas diferentes associações das Vilas Marginais e dois de livre nomeação do Sr. Prefeito Municipal.

Art 9º - O Conselho da Casa Popular terá função consultiva, emitindo pareceres sobre os planos do Departamento Municipal da Casa Popular que afinal serão levados a aprovação da Câmara Municipal.

Art 10 - Os cargos no Conselho da Casa Popular não serão remunerados...

Art 11 - O orçamento será garantido mediante pagamento de taxa de 20% das construções e loteamento na avenida Beira Rio.

Art 12 - Publique-se etc... (CORREIO DO POVO, 03/08/1958, p. 22).

O mais inusitado é que o projeto, de autoria do vereador Pedro Alvarez (do PCB, mas formalmente eleito pelo Partido Republicano, pois o Partido Comunista estava proibido) foi aprovado. Contudo, a aprovação ocorreu a partir de um projeto substitutivo apresentado pelo

vereador Alberto André (Partido Libertador). Este suavizava o caráter popular e de permanência das casas nos locais nos quais se encontravam, além de extinguir o Conselho da Casa Popular. Assim, apesar da aprovação, a redação original foi bastante desfigurada justamente em alguns de seus pontos mais importantes da lei, em especial o artigo 2º e o 7º, que garantiam a manutenção das moradias de vilas de sub-habitação nos locais em que se encontravam e, caso tivessem virado lei, subverteriam o sentido de propriedade capitalista já completamente consolidado. Ademais, a composição proposta para o Conselho da Casa Popular previa maioria de representantes da própria população moradora das chamadas vilas marginais. Em caso de aprovação, seria retirada ao menos uma parcela de poder dos órgãos públicos no tocante às remoções, o que não é pouco.

Possivelmente sua proposição fosse com o objetivo de promover debate e demarcar posição, sem que seu autor e apoiadores tivessem expectativa de aprovação. E, uma vez aprovada, mesmo com mudanças que lhe retiraram completamente o sentido original, tampouco deve ter causado surpresa que esta lei não tenha “pegado”. Seriam necessárias mais três décadas para que o debate em torno do direito à terra e moradia voltasse a produzir algum resultado em Porto Alegre.

Também é necessário assinalar que nem todas reações contrárias a remoções tinham um caráter progressista, de proteger as vítimas desta política. A maioria dos protestos que aparecem no Correio do Povo são pela localização das denominadas vilas de marginais. Mas também há preocupação com o local para onde estas famílias são transferidas.

Moradores da Rua 17 de Junho, no Menino Deus, estão seriamente preocupados com a movimentação de malocas levada a efeito nos últimos dias em suas vizinhanças. Por ordem da Fiscalização Municipal, estão sendo removidas as malocas da área da Praça Garibaldi e Av. Getúlio Vargas, na Ilhota, que será ocupada pelo mercado regional. A fim de permitir o início das obras, marcado para breve, o executivo determinou a remoção, o que se fêz em fins da semana passada e comêço desta. Algumas das malocas foram colocadas num terreno baldio nas proximidades do número mil, da Rua 17 de Junho.

Imediatamente moradores que se julgaram atingidos compareceram ao Departamento Municipal da Casa Popular, onde se informou que a presente remoção estava afeta à Divisão de Fiscalização. Os interessados foram, mais tarde, recebidos pelo secretário do Governo Municipal, quando o assunto foi discutido, informando-se que a medida é provisória e que não será alterada a situação da Rua 17 de Junho (CORREIO DO POVO, 18/01/1963, p. 06).

Em síntese, nas páginas do Correio do Povo vai se consolidando um amplo domínio de uma visão de que os expulsos do campo para a cidade devem sofrer uma nova expulsão, desta vez para a periferia. Seja por motivos higienistas, seja por questões morais ou uma falsa noção de como se deve resolver o problema habitacional ou, ainda, por uma visão de mercado, há que erradicar as

vilas de malocas. Os marginais que habitam seus casinhos não devem manter permanência no mesmo território dos cidadãos de bem.

Há margem para o protesto ou ao menos queixas. Não por coincidência, no período de vinte anos que abrange esta análise (1955-1975), estes murmurários se opondo às remoções ocorrem sobretudo nos dez primeiros anos. Após a instauração da ditadura, em 1964, praticamente já não há mais espaço disponível para a diversidade de opiniões e o debate público. Somente com a redemocratização do país a questão urbana e seus vários conflitos e contradições voltariam a ser protagonistas da cena política brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do material jornalístico, bem como a leitura de textos acadêmicos ou de comentaristas sobre este processo permite perceber que a questão do estigma em torno das casas de sub-habitação, embora já existisse em períodos anteriores, foi fortemente potencializada a partir da década de 1950.

Este incremento de uma visão sombria em torno das moradias das classes populares colaborou decisivamente na construção de políticas públicas de remoção e nos intentos de extirpação de favelas, que durante o período da ditadura foram extremamente efetivas mesmo que, de forma paradoxal, não tenham resolvido o propalado déficit habitacional. A construção do estigma em torno destas populações colaborou na consolidação da necessidade de se extirpar as vilas de malocas. Era essencial afastá-las dos olhos e das sensibilidades da população em geral de Porto Alegre, particularmente de seus extratos mais abastados.

Em sua essência, a construção estigmatizada desta população favoreceu o desenvolvimento de políticas de apropriação privada de regiões centrais da cidade e o desenvolvimento urbano de arrabaldes, o que acabou configurando importantes vazios urbanos entre a região central e os subúrbios. Estes vazios urbanos, por sua vez, foram essenciais na estratégia de criação de estoques de terra nas grandes cidades que permitiram, décadas mais adiante, a continuidade dos processos de valorização da terra e especulação imobiliária. Na construção de toda esta dinâmica, o clamor em torno da solução do drama social das “vilas de malocas” foi um fator muito importante. Dificilmente este processo teria acontecido com a mesma intensidade e velocidade sem este ferrenho e constante debate sobre os casinhos, as vilas de malocas e seus habitantes, os marginais.

Os projetos de urbanização, praticamente sem exceção, durante todo este período refletiram esta visão política conservadora. Estes projetos não advogavam somente a substituição dos casebres por casas populares com boas condições de moradia. O mais importante, justamente por ser menos mencionado, era a transferência destas populações para a periferia da cidade. Era fundamental que os programas e projetos, inclusive com a criação de um órgão municipal específico – o DEMHAB, em 1965 – assumissem de forma efetiva a remoção destas populações. E, mesmo antes do DEMHAB, através do Departamento Municipal da Casa Popular (depois Departamento da Casa Popular), a Prefeitura de Porto Alegre já estava estruturada para ser protagonista na política de remoções.

Ao operarem sobre determinada localidade as políticas públicas de desenvolvimento necessitam também articular um imaginário social em torno do que propõem enquanto projeto. A construção do que é adequado ou não, do que é desejável e do que é indesejado para o desenvolvimento da cidade, neste caso Porto Alegre, é tão importante quanto as obras físicas. É a partir desta dimensão político-cultural que se logrará ou não legitimidade para determinadas políticas sociais e projetos que mudam o desenho da cidade.

Outra questão é a invisibilidade destas populações de vilas de malocas. Como foi mencionado, são visíveis enquanto problema social e completamente invisíveis no que se refere à possibilidade de participarem da formulação de políticas para as questões que os envolvem. Dos 1.349 registros identificados no jornal sobre a questão urbana para o período, em nenhum deles houve a preocupação em entrevistar alguma liderança comunitária ou algum morador diretamente envolvido em algum conflito ou questão social. São escutadas autoridades políticas da Prefeitura, vereadores da cidade, técnicos de órgãos públicos ou da sociedade da época, tais como engenheiros, arquitetos, policiais, sociólogos, historiadores, assistentes sociais, religiosos etc. As universidades e os centros de representação profissional, além das estruturas de poder local e Igreja Católica, são presença constante dos debates e na construção de soluções.

Os habitantes das “vilas de malocas” nunca são consultados; é como se fossem sombras a serem afastadas, pois estão simplesmente atrapalhando o progresso da cidade. É evidente, para qualquer um dos comentaristas que se fazem presentes nas centenas de páginas de jornal que foram consultadas, que estas populações marginais não estão somente destituídas do direito à cidade e moradia. São uma alteridade que sequer tem direito à voz, pois nada teriam a propor.

E, em realidade se nos prendermos aos recortes do Correio do Povo neste período, os moradores destas vilas de sub-habitação efetivamente não apresentam protagonismo político ou

social neste processo. No máximo, durante boa parte deste período sob jugo ditatorial, a partir de manifestações individualizadas do tipo “daqui não saio, daqui ninguém me tira”, vão manifestar tímidas oposições em relação às remoções. Seria este o único cenário a ser constatado ou havia algumas outras formas de protagonismo para atenuar o processo de estigmatização? É uma questão que foge às possibilidades deste artigo, mas fica como sugestão para investigações mais profundadas.

Atualmente há uma complexidade em termos de legislação e uma multiplicidade de atores locais e movimentos sociais urbanos – mesmo com o atual quadro de declínio –, que incorporam experiências alternativas em torno da questão da moradia e tentam construir a agenda urbana a partir de uma série de demandas ou questões que antes eram impensáveis. Contudo, estes novos desafios, que buscam novas respostas, ainda estão em grande parte demarcados pelo estigma que as populações de meio urbano popular carregam. A moradia popular continua sendo vista como um lugar de violência e insuficiências.

E esta não é uma questão menor ou apenas conceitual; diz respeito às múltiplas formas como hoje se constrói o sofrimento da população dos grandes centros urbanos brasileiros. Olha-se para as casas populares de vilas ou favelas a partir da compaixão ou do desprezo. Uma conduz para a construção de políticas públicas ou, ao menos, intervenções assistencialistas. Outra, no limite, para a negação distópica até mesmo do sentido de humanidade aos que ali vivem. Qual caminho se está trilhando no Brasil? A resposta deveria nos preocupar.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, B. M. **Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre – Século XX**. Porto Alegre, UFRGS, Faculdade de Arquitetura. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2000.

ARAUJO, N. P. **Vilas de malocas e Bairro Restinga: a versão dos removidos sobre o plano de confinamento em vila de transição – Eugenia na Porto Alegre de 1967-1970**. Porto Alegre, Trabalho apresentado no XIV Encontro Estadual de História – ANPUH/RS, 18 a 21 julho de 2018.

CÂMARA CASCUDO, L. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro, Ediouro, 1972.

CORREIO DO POVO. **Malocas na Zona Sul**. In. 28/12/1975, p. 04.

CORREIO DO POVO. **Proliferação de malocas é problema crucial da cidade**. In. 21/09/1975, p. 09.

CORREIO DO POVO. **O problema maloca**. In. 25/10/1966, p. 04.

CORREIO DO POVO. **Blitz policial na Ilhota**. In. 28/07/1965, p. 05.

CORREIO DO POVO. **Mudança de malocas causa reação na 17 de Junho**. In. 18/01/1963, p. 06.

CORREIO DO POVO. **Críticas pela remoção de malocas na Vila Santa Luzia**. In. 26/07/1960, p. 11.

CORREIO DO POVO. **Populações marginais**. In. 01/12/1959, p. 04.

CORREIO DO POVO. **Projeto de lei regulamentando as vilas de maloca na capital**. In. 03/08/1958, p. 22.

CORREIO DO POVO. **Mocambos, favelas e malocas**. In. 02/11/1957, p. 04

CORREIO DO POVO. **Malocas**. In. 22/02/1956, p. 04

CORREIO DO POVO. **De novo as malocas**. In. 27/03/1955, p. 04.

D'ÁVILA, N. **DEMHAB. Com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre**. Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Unidade Editorial, 2000.

DINIZ, C.; CARDOSO, R. (Orgs.). **Do Valongo à Favela. Imaginário e periferia**. Rio de Janeiro, MAR – Museu de Arte do Rio, 2016.

FAGUNDES, A.; RODRIGUES, L. H. **Ilhados na miséria**. Porto Alegre, Jornal Tabaré, 2011. Disponível em: <http://jornaltabare.wordpress.com/2011/12/02/ilhados-namiseria/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

GAMALHO, N. P.. Malocas e Periferia - A produção do Bairro Restinga. **Ateliê Geográfico**, Goiânia/GO. v. 4, n. 2 abr/2010, p.122-141.

GOFFMAN, E. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 16, nº 47, 2011, p. 334-361.

JORGE, N. **Malocas. Diagnóstico evolutivo das subabitações no Município de Porto Alegre**. Porto Alegre, Departamento Municipal de Habitação/PMPA, 1973.

KLAFKE, Á. A.; WEIMER, R. A. **Contribuições para o estudo das migrações rural-urbanas no Rio Grande do Sul, entre 1943 e 1963**: o ponto de vista dos sujeitos sociais. Porto Alegre, FEE (Textos para discussão FEE), 2015.

MAUCH, C. **Ordem Pública e moralidade. Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

MEDEIROS, L. **Vila de malocas**. Ensaio de sociologia urbana. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1951.

MOISÉS, J. A. et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MOREIRA, P. R. S. **Entre o debache e a rapina**: os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre – século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

NEVES, J.. **O problema da sub-habitação em Porto Alegre**. Porto Alegre: Meridional, 1962.

PESAVENTO, S. J. **O cotidiano da república**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

SCHNEIDER, I. **Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 21, n. 4, 1994, p. 259-268.

SILVA, M. K. **Sociedade civil e construção democrática**: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 156-179.

SOUZA, M. L. **O ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TATAGIBA, L. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de São Paulo: o caso do movimento de moradia. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (Orgs.). **São Paulo**: novos percursos e atores. São Paulo: Editora 34, 2011.

VIEIRA, D. M. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970)**: Geografia-Histórica da presença negra no espaço urbano. Porto Alegre, UFRGS, Faculdade de Geografia. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

WEIMER, G. O sanitarismo como planejamento urbano. **Redes - Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC**, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, v.9, nº1, jan/abr 2004, p. 121-134.

Recebido em: 31/12/2019
Aceito em: 21/08/2020